

## MEMÓRIA V REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONASQ

**Data:** 09 de maio de 2006.

**Local:** Ministério do Meio Ambiente – Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 5º andar.

### LISTA DE PARTICIPANTES:

Nome	Instituição
Alberto da Rocha Neto	MMA
Alexandre Trajano de Arruda	MME
Débora Maria R. Cruz	MAPA
Doralice Meloni Assirati	MME
Fernando Ramos Mendes	MME
Fernando Vieira Sobrinho	FUNDACENTRO
Hearle Calvão	MDIC
Itamar José Rodrigues Santos	CUT
José Wilson Pereira	MI
Junia Maria de Almeida Barreto	MTE
Márcio A Mariano da Silva	FBOMS
Marco Antônio Borba	MS
Obdulio Fanti	ABIQUIM
Otávio Augusto Drumond Cançado Trindade	MRE
Sérgia de Souza Oliveira	MMA

1. Apresentação da minuta de memória da XXI Reunião Ordinária (realizada no dia 23 de março de 2006). Após lida, e feita algumas alterações, foi aprovada por unanimidade.
2. Devido às alterações que se referiam ao tema agrotóxicos a representante do MAPA informou sobre a reestruturação do Ministério, com a criação da Coordenação de Agricultura Orgânica para tratar especificamente do tema. Conhecidos por “produtos naturais”, os insumos para a agricultura orgânica são, normalmente, moléculas sintetizadas naturalmente por variados organismos, apesar de já ter sido detectada má fé por parte de alguns fabricantes que misturam agrotóxicos químicos nos citados produtos. A representante salientou que este é um novo paradigma, uma vez que ao se registrar um agrotóxico químico exige-se uma eficiência de 80% no controle da praga, o que deve ser revisto no caso dos produtos naturais. Por fim, afirmou que a citada Coordenação realiza ações na área de políticas agrícolas, visando incentivos à agricultura orgânica.
3. Ainda sobre este tema, a representante do MMA relatou os trabalhos do CTA (Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos), que tem como uma de suas prioridades a discussão de normas para o registro de produtos de baixa toxicidade, lembrando que em 2005 havia ocorrido uma audiência na Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Senado Federal, momento em que se expôs a prioridade nessa área de atuação.
4. A Pauta da Reunião foi apresentada e aprovada
5. Conferências Nacionais: foi informado que apenas o texto da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador foi recebido pelo MMA e que as demais conferências haviam sido resgatadas na internet. Não foram recebidas pelo MMA informações sobre as propostas e demandas na área de segurança química, solicitado na reunião anterior. A CUT realizou levantamento solicitado, a partir da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, para apresentação.

6. A Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia não possui um relatório final consolidado, com as deliberações/resoluções. O representante do MME apontou os institutos ligados ao MCT como possíveis contribuintes à discussão, uma vez que alguns deles possuem atividades relacionadas às da CONASQ como, por exemplo, o Centro de Tecnologia Mineral - CETEM (gerenciamento de mercúrio).
7. Com relação ao trabalho do CETEM, foi citado que, a partir do seu laboratório de toxicologia, foi desenvolvido um método semi-quantitativo de baixo custo para análise de mercúrio em amostras ambientais (peixes, solo, água). O MS citou que este método será utilizado nos programas de monitoramento que serão implantados, juntamente com a Organização Panamericana de Saúde - OPAS, e que foram reservados recursos para a compra de oito kits de análise, aliados aos dois já existentes nos municípios de Itaituba e Belém do Pará. Pretende-se realizar estudo de aproximadamente dois anos a fim de verificar o grau de exposição humana ao mercúrio, principalmente em áreas de garimpo.
8. Foram apresentadas as resoluções coletadas na Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, que é composta de três eixos de discussão: (Eixo I) Como garantir a integralidade e a transversalidade da ação do Estado em saúde dos(as) trabalhadores(as); (Eixo II) Como incorporar a saúde dos(as) trabalhadores(as) nas políticas de desenvolvimento sustentável no país; (Eixo III) Como efetivar e ampliar o controle social em saúde dos(as) trabalhadores(as).
9. O “poder legal” das resoluções/deliberações provenientes das Conferências Nacionais foi questionado e esclareceu-se que as resoluções não possuem força legal, mas são deliberações obtidas junto à sociedade e deviam servir de base para políticas públicas dentro de cada setor. O representante da CUT, porém, informou que as resoluções referentes à saúde do trabalhador devem pautar as ações dos gestores de saúde, com o fim de solucionar os problemas apontados. O representante do MS enfatizou a resolução nº 9, que trata da fiscalização conjunta, por vários órgãos de Estado, das atividades relacionadas a agrotóxicos. Solicitou que a CONASQ estimulasse a fiscalização integrada.
10. Foi destacado que as resoluções das Conferências da Organização Internacional do Trabalho - OIT são obrigadas a serem inseridas na legislação dos países signatários, neste sentido, foi solicitado que elas sejam estudadas pelos Ministérios competentes para terem suas demandas inseridas nos formulários de fiscalização, manuais e demais materiais informativos.
11. O representante do Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS elogiou a contribuição das Conferências, porém, disse que temos que lutar para que os anseios da sociedade sejam ouvidos.
12. Apenas duas resoluções sutilmente relacionadas à segurança química foram identificadas na Conferência Nacional das Cidades, em uma delas a representante da OPAS enfatizou seu enfoque regionalizado, por exemplo: bacias hidrográficas, regiões metropolitanas etc.
13. O representante da Fundacentro advertiu para o fato de nenhuma das Conferências Nacionais trazerem propostas relativas à proximidade entre plantas industriais de risco e áreas populacionais, o que já causou vários acidentes com vítimas. O representante da FBOMS salientou que se trata de um problema do Plano Diretor das cidades que, ao seu ver, deveria passar pelo crivo dos ministérios do Meio Ambiente e da Saúde. O representante da CUT apontou a transversalidade/integralidade entre municípios, assim como o tema desenvolvimento sustentável, como os principais aspectos das resoluções enfocadas.
14. Foram apresentadas as deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente que tratam do tema Segurança Química.
15. Foi esclarecido que as demandas trazidas das Conferências seriam utilizadas no fortalecimento

do PRONASQ e não para definição de ações da Comissão. Os representantes do MDIC e da ABIQUIM ressaltaram que não acreditavam ser aquele o espaço adequado para tratar de algumas propostas, tais como: banimento de substâncias, que já vêm sendo tratadas em outros fóruns, como o CONAMA.

16. O representante da Fundacentro lembrou a todos o papel da CONASQ de promover as atividades oriundas de Acordos/Tratados internacionais, desde a Agenda 21, Fórum Intergovernamental de Segurança Química – FISQ, Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Substâncias Químicas - SAICM que são compromissos adotados por todos os setores do país.
17. O tema da agricultura orgânica foi retomado pelo representante do MS, que relatou sobre a necessidade de incentivos à produção orgânica de alimentos pela agricultura familiar, sugerindo que a CONASQ trabalhasse para a concretização de incentivos econômicos. Assim sendo, ele se propôs a elaborar um texto a ser apresentado à Comissão, que seria posteriormente encaminhado à Secretaria Executiva da Presidência da República.
18. Concordou-se com a relevância do tema, mas foi questionado o envio do texto, conforme sugerido pelo representante do MS, à SECEX da Presidência da República, ao invés disso, sugeriu-se que a CONASQ inserisse a discussão de modelos agrícolas (orgânico, agroecologia) e que os resultados destas discussões fossem encaminhados aos fóruns específicos que tratam do tema, assim como foi feito no GHS, que hoje caminha independentemente da CONASQ.
19. A partir das discussões das Conferências Nacionais, foram apontadas as seguintes áreas prioritárias: **Agricultura; Capacitação; Direito ao saber; Prevenção de fontes poluidoras (zoneamento, plano diretor etc.); Prevenção de novos passivos ambientais.**
20. O MMA solicitou que todos pontuassem aquilo que ficou mais evidente como demandas das Conferências nestas áreas prioritárias, fazendo a seguir um confronto entre tais pontos e as ações previstas no PRONASQ, com a finalidade de orientarmos as ações da CONASQ, para discussão na próxima reunião.
21. Cursos na Área de Segurança Química: a ABIQUIM disponibilizou a agenda de cursos daquela entidade. Não foi elaborada a planilha com o conteúdo programático dos cursos (incluindo aqueles ofertados por Universidades), pela UNB, com o objetivos de verificar a repetição de temas, concentração dos locais destes cursos (principalmente nas regiões Sul-Sudeste) e as lacunas nos temas.
22. Fórum Intergovernamental de Segurança Química: O representante da Fundacentro informou sobre o recebimento de um e-mail da Organização do Fórum, sendo que no mesmo não havia ficado claro como seriam encaminhadas as propostas, bem como a participação das delegações. Solicitou uma proposta mais articulada da delegação brasileira na próxima reunião do Fórum, em setembro.
23. Relato da 2ª Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo: O MMA informou dos principais acontecimentos da Conferência, quais sejam: Assistência técnica; Eficácia da Convenção, verificada através dos dados de monitoramento (ar, sangue e leite materno); *Toolkit* para estimativa de emissões de dioxinas e furanos.
24. A reunião foi encerrada às 17 horas.